



No **NOSSO**
BALAIO!
TEM!

REFLEXÕES SOBRE OS 20 ANOS

DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NO BRASIL

23 A 25 DE MARÇO DE 2022 . **EVENTO ONLINE**

CATÁLOGO



"NO NOSSO BALAIO TEM!"

REFLEXÕES SOBRE OS 20 ANOS DO
PATRIMÔNIO IMATERIAL DO BRASIL

Letícia CR Vianna e Patricia Martins

A proposta deste evento é reunir diferentes agentes do campo do patrimônio cultural imaterial para, primeiro, celebrar os 20 anos da implementação da política pública específica que regulamenta os Artigos 215 e 216 da CF/88; e, também, pensar e repensar o presente e o futuro – conversar sobre uma agenda comum aos estados da Região Sul do País em torno de algumas questões e temas, de modo que assim possamos contribuir e participar da articulação entre instâncias, segmentos e pessoas envolvidas neste campo.

A perspectiva é reafirmar e participar da consolidação da Salvaguarda do Patrimônio Cultural integrando as bases sociais de detentores das referências culturais, o Estado, a academia científica. E, também, uma quarta base de apoio, que é a sociedade civil - em seus vários segmentos no exercício da cidadania. No Nosso Balaio propomos, assim, um convite à interlocução, o início de conversas entre pessoas que assumem e transitam em diferentes funções nessas quatro instâncias nesse campo, sobre dois assuntos ou eixos temáticos básicos: 1) o legado e a salvaguarda do patrimônio afro-diaspórico e as confluências e 2) desafios da salvaguarda integrada dos patrimônios cultural e ambiental da região.

INSPIRAÇÃO PARA A CONVERSA 1

PLURALISMO EPISTÊMICO. CONSERVAÇÃO E SALVAGUARDA: DESAFIOS PRESENTES PARA O FUTURO DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

No fluxo do processo histórico que se dá em escala global há pouco mais de 500 anos, chegamos ao século XXI com um legado da civilização ocidental eurocêntrica capitalista extremamente ambíguo, paradoxal. Por um lado, esse processo se fez e se faz a partir do domínio antropocêntrico da natureza; a exploração exaustiva e não sustentável dos reinos animal, vegetal, mineral. Por outro lado, há diversidade e pluralidade de seres que teimam em resistir para nos deslumbrar e encorajar a resistir também – e procurar os processos para controle e reversão da devastação da natureza e homogeneização cultural em curso.

Podemos observar, com alguma clareza, a procedência e atualidade da perspectiva de Walter Benjamim¹, há um século: civilização e barbárie simultaneamente compreendem esse legado ocidental/eurocêntrico pelo mundo – em escala planetária. No campo de estudo e política pública que chamamos de “campo do patrimônio cultural” esse paradoxo é presente e desafiador para a compreensão da vida moderna enquanto realização empírica que implica em pulsão devastadora e destrutiva que motiva a reação em pulsão conservadora e de salvaguarda.

Em nosso país, a política de Estado para o patrimônio cultural foi instituída em 1937 com a criação do órgão hoje chamado Iphan, sob a influência do que vinha sendo realizado em países europeus. E por muito tempo a definição, proteção e salvaguarda do patrimônio cultural foi implementada sob a perspectiva eurocêntrica – isto é, do reconhecimento e patrimonialização das referências deste legado civilizatório. E as referências de cosmologias

¹ Benjamin. Walter, 1892-1940. Documentos de cultura. documentos de barbárie : escritos escolhidos I seleção e apresentação Willi Bolle ; tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa ... I et al.1. - São Paulo: Cultrix : Editora da Universidade de São Paulo. 1986. (1. Alemanha - História - 1918-1933 2. Filosofia alemã 3. Literatura alemã - História e crítica 4. Política e cultura L Bolle, Willi. II. Título)



diferentes e resistentes ao progresso foram concebidas como referências de culturas fadadas, reminiscências de um “primitivismo” confinadas ao campo conceitual do “folclore”. Ao longo da história dessa política do país os conceitos, apropriações e concepções das ações de proteção do patrimônio cultural foram se transformando e a perspectiva etnocêntrica foi dando lugar às perspectivas mais relativistas que fundamentaram a concepção do patrimônio cultural enquanto síntese de duas dimensões básicas: a material e a imaterial; e a percepção da dimensão imaterial enquanto uma abertura para inclusão de diferentes epistêmes que não a ocidental-europeia-capitalista na definição das referências patrimonializáveis e respectivas políticas de salvaguarda.

Já fazem 20 anos de implementação sistemática dessa perspectiva no âmbito federal e das unidades federativas do país. Entretanto, quanto mais avançamos mais desafios são percebidos e postos à superação. Um dos mais importantes desafios nos parece ser o que envolve as ideias de inclusão e participação social nos processos de patrimonialização e salvaguarda do patrimônio cultural no território brasileiro.

Nesses vinte anos, a consolidação da política que inclui as referências culturais materiais e imateriais de culturas da diáspora africana, dos povos originários/indígenas e referências culturais populares dos grupos e comunidades tradicionais. E nessa perspectiva a política foi sendo implementada a partir da concepção da ideia de participação social no processo – ou seja a participação social como condição sine qua non para a patrimonialização dos bens culturais. As comunidades devem participar, primeiro consentindo com a ação de patrimonialização por parte do Estado; em seguida cooperando na definição do bem patrimonial e na concepção e gestão das diretrizes da salvaguarda.

Entretanto, essa perspectiva tem se ampliado na direção de uma superposição das ideias de diversidade e de pluralidade na política de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural – isto é: não apenas reconhecer e promover o diverso, mas reconhecer a relatividade e limitação da própria perspectiva da episteme e política de Estado; e conceber o encontro epistêmico entre as perspectivas do Estado e da academia científica que as sustentam com as epistêmes outras, oriundas das culturas

indígenas e de matrizes africanas que vão sendo identificadas e reconhecidas pela política oficial. Em outras palavras, o que precisa ser compreendido e implementado é uma profunda auto crítica por parte do Estado e da academia científica em relação ao processo civilizador hegemônico e oficial do país; e enfrentamento com radicalidade a “nossa” deficiência e incompetência para a salvaguarda da pluralidade das referências culturais cultivadas e até hoje salvaguardadas pelas comunidades tradicionais como resistência ao processo civilizador.

Com toda a pulsão devastadora e homogeneizante do processo civilizador baseado no capitalismo, ninguém tem sido mais competente para tratar de restauração, conservação e salvaguarda que as comunidades tradicionais que mantiveram suas tradições culturais e seus ambientes salvaguardados até hoje. Os povos indígenas, extrativistas, famílias camponesas e de pescadores artesanais, quilombolas e de terreiro transformam a paisagem em função de dinâmicas tanto internas quanto externas em ritmos lentos e sustentáveis; pois desenvolvem relações interespecíficas que não se reduzem à mera exploração do humano sobre outras espécies – isto é, em geral



as relações interespecíficas não são antropocêntricas, mas cosmocêntricas, e assim são capazes de cultivar e conservar a geobiodiversidade em seus territórios.

Esse conjunto de conhecimentos é, sem dúvida, um dos mais significativos e robustos patrimônios que o Brasil pode proteger, colaborar para o desenvolvimento de modo a oferecer à humanidade, enquanto é tempo, ideias para, como sugere Ailton Krenak², adiar o fim do mundo. Posto que a transformação e rápida devastação no planeta Terra que alguns cientistas chegaram a nominar de Antropoceno - como uma nova era geológica efetivada pela ação humana - não é propriamente derivada da ação da humanidade no geral, mas por uma determinada humanidade movida ao longo de cinco séculos apenas, a partir da colonização europeia e exploração capitalista consolidada em todos os continentes. Sendo assim, mais apropriado é nominar este processo, ou era de dramática transformação do planeta, de “Capitaloceno”, como muitos pensadores vem colocando.

Assim, temos que é função e dever do Estado no âmbito das atribuições constitucionais de preservação e salva-

² Krenak, Ailton. *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo*. Companhia das Letras. São Paulo. 2020

guarda do patrimônio cultural e do patrimônio ambiental, identificar, reconhecer, proteger e salvaguardar em suas dinâmicas os saberes e práticas da conservação ambiental desenvolvidas por comunidades tradicionais; e, mais que isso - proporcionar todas as condições para que se desenvolvam em paradigmas para as próprias ciências e políticas modernas; isto é, precisamos, inexoravelmente, realmente e de fato, aprender com elas os saberes, práticas, técnicas e tecnologias que orientam as relações interespecíficas nas cosmologias conservacionistas dos povos tradicionais.

Nesse sentido, nos parece da maior urgência e premência para a política para patrimônio cultural imaterial nesse começo de século que seja desenvolvida e consolidada como fundamental a perspectiva da integração da noção de conservação ambiental com a noção de salvaguarda dos saberes e práticas das comunidades tradicionais, tal como observa Antônio Carlos Diegues³ a respeito do

³ DIEGUES, Antônio Carlos S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. Ática, SP.1983

DIEGUES, et al *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil* NUPAUB-NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE POPULAÇÕES HUMANAS E ÁREAS ÚMIDAS BRASILEIRAS—UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 2000

tema. Ao tomarmos os conceitos de conhecimentos tradicionais e conservação, trazidos por Diegues, dentre outros, podemos consolidar no campo do patrimônio uma perspectiva que integra a salvaguarda da pluralidade cultural com conservação da geobiodiversidade, tanto na descrição dos processos de manejo ambiental e representações das relações interespecíficas, quanto na perspectiva positiva de estes saberes comporem o rol de possibilidades efetivas de alternativas de conservação, subsistência e existência da pluralidade das expressões da vida no país e no planeta a serem consideradas pelo Estado e academia científica na definição e implementação de política pública.

Muitos são os bens registrados e/ou reconhecidos como patrimônio imaterial no âmbito oficial, federal estadual e municipal nos três estados da Região Sul. E o desafio da integração das políticas para o patrimônio ambiental e o patrimônio cultural já está posto já faz muito tempo,

DIEGUES, 1996, *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, São Paulo, Hucitec.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade.. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR



como podemos observar no âmbito da pesca artesanal; lida campeira; produção de alimentos e conservação da biodiversidade, como a produção de sementes crioulas e os manejos diversos; a produção culinária como os doces de frutas, o queijo, o mate; bem como as expressões no nível da religiosidade, como as relações interespecíficas nas religiões de matrizes africanas e indígenas; as benzeduras e plantas que curam no âmbito do catolicismo popular. E até mesmo e obviamente no âmbito das formas de expressão e celebrações, como é evidente, por exemplo, no fandango caiçara – um complexo cosmológico denso de saberes integrados no qual as plantas, as águas e animais são entes em interação contínua, e as árvores viram instrumentos musicais que cantam e celebram a vida das comunidades agroextrativistas. O desafio maior para o campo de estudos e da política pública sobre patrimônio cultural não está meramente na capacidade de reconhecer e incluir expressões diversas no rol oficial do que é reconhecido com patrimônio cultural. Mas na capacidade de a academia científica e gestão pública relativizarem radicalmente a autoridade de seus saberes sobre conservação ambiental e salvaguarda de tradições culturais; e abrir o espaço de interlocução e aprendizagem com os sábios e sábias, gestores e mediadores, das inúmeras e diversas comunidades tradicionais que existem no país.

A proposta de expansão do universo epistêmico se realiza por meio da inclusão dos detentores das tradições como sujeitos de notório saber, legítimos sabedores das qualidades, características, fragilidades e demandas de salvaguarda para cada bem cultural em questão. O Estado e academia científica podem fazer a escuta e proporcionar diálogos e meios para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural e ambiental que atenda primordialmente às demandas das comunidades de detentores frente às consequências da exploração capitalista. São os detentores que, afinal, salvaguardaram esse patrimônio até hoje. O Estado é a instância que proporciona modelos de planejamento e gestão, recursos e meios de implementação de políticas; os pesquisadores da academia científica encarnam a instância da produção do conhecimento no âmbito do patrimônio científico, com pesquisas, diagnósticos e prognósticos para as questões que vão sendo colocadas e descobertas; e os detentores das tradições proporcionam ao Estado e à academia científica os ensinamentos e os conhecimentos fundamentais sobre os bens culturais, diagnósticos, prognósticos e métodos tradicionais de salvaguarda. Trata-se, portanto de processos de educação patrimonial de mão dupla: o Estado e a



academia científica aprendem sobre patrimônio, conservação e salvaguarda com as comunidades tradicionais; e estas aprendem com o Estado e cientistas, os códigos, instrumentos e procedimentos oficiais para o estabelecimento da salvaguarda de forma participativa na defesa dos interesses universais da preservação de condições do bem viver.

Nem sempre esses processos se dão de maneira amistosa e pacífica. O conflito, com maior ou menor intensidade, é inerente aos processos, sobretudo quando se parte de incomensurabilidades ou hierarquização etnocêntrica de saberes. E, em última instância, o objetivo maior e geral é a construção de um Estado plural, plurinacional, pluriétnico, que proporcione meios para a contra-colonização⁴ da economia com o desenvolvimento de modelos e práticas oficiais de manejo ambiental que espelhem a pluralidade cultural no território no que tange a conservação da geobiodiversidade e do cosmos vivo na perspectiva das comunidades híbridas, integradas com entes

⁴ Sobre contra-colonização ver: SANTOS Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos, Modos e Significações.. 2015. Brasília. INCTI/UnB. 5pp.

minerais, vegetais, animais e espirituais. Nesse sentido, o desafio se coloca no âmbito epistêmico e conceitual. A compreensão científica dos fenômenos reconhecíveis como patrimônio cultural implica necessariamente em uma abordagem transdisciplinar; e em políticas multi-setoriais, não restritas ao domínio da cultura, educação e meio ambiente. E no âmbito conceitual é fundamental uma grande atenção à especificidade dos conceitos advindos das comunidades tradicionais. A valorização e incorporação, na política de Estado, dos conceitos das epistemes dos saberes tradicionais não é a mera busca de sinonímias com os conceitos da cosmovisão da ciência moderna; mas sim ampliar o horizonte de possibilidades de compreensão e ação no mundo de modo conservacionista, plural e descolonizador na salvaguarda da geobiodiversidade e pluralidade cultural.

Esse evento que estamos realizando é uma proposição para estreitamento das conversas possíveis entre detentores, Estado e academia científica acerca da conservação ambiental e salvaguarda do patrimônio cultural na Região Sul, de modo a desenvolver e consolidar a proposta participativa e plural da política para o Patrimônio Imaterial idealizada já na CF/88 e que foi implementada no país faz 20 anos.

INSPIRAÇÃO PARA A CONVERSA 2

TERRITÓRIOS AFRO-DIASPÓRICOS SUL BRASILEIROS E A PRODUÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Parte da história da escravidão atlântica foi vivenciada em paisagens rurais, urbanas ou semiurbanas ao longo de toda América, nestes espaços constituíram-se sociedades escravistas, entre os séculos XVI e XIX. A população negro-africana e seus descendentes foram importantes personagens dos mundos do trabalho e da cultura. Inventaram territórios e diásporas, redefinindo identidades. Em várias sociedades escravistas e mesmo naquelas onde havia africanos/as escravizados/as, surgiram espaços sociais com considerável concentração de po-

pulação afrodescendente, entre livres, libertos e escravizados, destacavam-se tais territórios afrodiáspóricos em várias sociedades em formação.

Discriminação, segregação e controle social são processos que juntos promoveram a condição de subcidadania que se manifesta na irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade face um ordenamento jurídico-institucional que, ao negar cidadania a parte considerável da população preta, nega acesso a benefícios básicos para a reprodução de seus modos de vida ainda hoje. Portanto, não se pode compreender a formação econômica, política ou cultural brasileiras sem entender sua composição e as suas relações étnico-raciais. A história deste país e seu desenvolvimento tem nas relações étnico-raciais, em especial, entre as pessoas brancas e negras, decorrente de uma formação histórica (pós)colonial, uma dimensão característica. Mas, também, a história das relações étnico-raciais brasileiras apresenta-se como importante para compreender a formação do modelo racial brasileiro.

Importante considerarmos nessa equação das construções identitárias negras, outro dado muito relevante, o fato de que as identidades destes novos sujeitos pretos



são forjadas no mundo pós colonial, sendo identidades marcadas pelos processos da diáspora. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se, através da transformação e da diferença (Hall, 1996)⁵. Se o processo diaspórico vivido por africanos ao longo de séculos de colonização, nos faz refletir sobre os modos de reconstrução de nossos pertencimentos, nos modos pelos quais concebemos e imaginamos nossas identidades, em situações extremas de desterritorialização material e simbólica. Seguimos com Stuart Hall, para quem:

"a experiência da diáspora (...) não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias: por uma concepção 'identidade' que vive com e através, não a despeito, da diferença: por hibridização"
(1996, p. 75)

E nesse processo de hibridização o continente africano exerce o arcabouço simbólico e material para alicerçarmos nossas referências identitárias. Esse encontro com as tradições africanas, que irá motivar toda a constituição de uma identidade afro-brasileira, através de movimentos políticos, culturais e artísticos, onde ocorre o fenômeno da "tradução cultural". Não se trata de um movimento em busca de uma África concreta, mas de pontos de referências, África como metáfora na constituição de nossa afro-brasilidade, um significante, no que pese o sentido linguístico do termo. Hibridismo e a mistura marcaram nossas identidades culturais e marcam as lutas e as relações de poder nesses territórios produzidos a partir da diáspora.

De forma ampla, na construção deste evento buscamos dar visibilidade para as questões que envolvem territórios afro-diaspóricos e o patrimônio afro-brasileiro, espaços de memórias e esquecimentos, auto-afirmação e negação. Compreendendo expressões e manifestações culturais que apresentam em suas origens as formas de sociabilidade consolidadas por africanos escravizados e o diálogo com a memória ancestral africana por meio do

5 HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p.68-75, 1996.



universo simbólico, das tradições e dos elementos que caracterizam esse patrimônio. Ainda assim, a identificação dessas características não esgota e nem contempla a diversidade de formas culturais criadas e recriadas no território nacional pelos africanos e seus descendentes. Sobretudo quando nos referimos a região sul do Brasil, na qual, a negação da presença negra é uma constante, e o apagamento destas expressões culturais algo programático.

Em 2020, o movimento Black Lives Matter reacendeu o debate público sobre a remoção de monumentos e bandeirantes e a traficantes de escravos. Partimos aqui da premissa de que essas emergências são apenas a superfície de disputas de memória e esquecimento mais profundas, em que se encontram as raízes étnicas que conferem identidade à população negra, e revelam os imperativos éticos de reparação do racismo estrutural (Almeida, 2018)⁶ da sociedade contemporânea. Se, por um lado, a recorrente monumentalização de referências à colonização europeia das Américas e da África, e ao comér-

⁶ ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

cio de africanos escravizados, tem sido denunciada, por outro, é preciso olhar também para o reverso da moeda: o silenciamento da memória dos africanos e afrodescendentes, que leva ao esquecimento do processo histórico que submeteu seus ancestrais à escravização, ao exílio forçado e à espoliação. No Brasil, último país americano a abolir a escravidão, essas disputas adquirem dimensão ainda maior por dizerem respeito não a uma minoria, mas à própria formação da sociedade brasileira.

Deste modo, considerar fortemente a noção de territórios e patrimônios afro-diaspóricos nos auxilia a compreender o lugar e produção destas expressões culturais, onde a noção de diáspora traz um significado relacionado tanto à dispersão de pessoas quanto de tradições, culturas, línguas e cosmologias. Nesse sentido, as expressões culturais afrodescendentes se recriaram nas diferentes regiões do país, em diálogo constante com povos indígenas e europeus, a partir de elementos culturais e significados simbólicos redefinidos em função da experiência escravista e das novas relações de sociabilidade.

Através da realização do evento “No nosso balaio tem! Reflexões sobre os 20 anos de patrimônio imaterial no

Brasil”, propomos ajustar o foco na tríade Estado, Academia Científica e Sociedade, observando, por um lado, as dimensões onde o Estado e academia procuram desenvolver conceitos, legislação, princípios, instrumentos para a inclusão do patrimônio imaterial – de modo a proporcionar reparação à invisibilidade que as culturas de matrizes africanas, indígenas e populares tiveram na política de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural ao longo da história do país. Por outro lado, vemos as comunidades e grupos sociais resistindo e preservando suas tradições; tendo protagonismo e participação em muitos processos de patrimonialização de suas referências culturais, superando a burocracia com criatividade e boa vontade. Cabe ressaltar, também, que estas mesmas comunidades e coletivos, ao mesmo tempo em que possuem suas práticas reconhecidas como patrimônio cultural imaterial brasileiro, ainda assim, seguem enfrentando situações e contextos historicamente recorrentes de violência e racismo, perseguição e opressão, tanto do ponto de vista físico quanto simbólico, pela agência do próprio Estado.

PROGRAMAÇÃO

23/03 QUARTA-FEIRA

ABERTURA DO EVENTO

19H | INTERVENÇÃO ARTÍSTICA

Grupo FANDANGUARÁ

19H | MESA DE ABERTURA

“PATRIMÔNIO IMATERIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS”

Nesta mesa de abertura traçamos um histórico sobre as políticas de patrimônio imaterial no Brasil, bem como, uma avaliação crítica a partir de seus desdobramentos chegando até o momento atual, onde enfrentamos graves desafios para sua manutenção. Na voz de convidadas que possuem ampla experiência com o tema, e que trazem a visão tanto da gestão e pesquisa, como as expectativas e a participação das bases comunitárias diante desses processos de reconhecimento.

PARTICIPANTES: Claudia Marcia, Rosildo do Rosário, Patrícia Martins

24/03 (QUINTA-FEIRA)

10H | PAINÉIS CURITIBANOS

Nesta atividade contamos com a apresentação de pesquisas na área de patrimônio imaterial que vêm sendo realizadas em Curitiba. São cinco projetos selecionados para exporem suas pesquisas, são eles:

- 1) *Kosi Omi, Kosi Orisa: usos religiosos das águas pelos povos de terreiro de Curitiba*
- 2) *Mestre Pai Antônio e o Ilê Axé Iansã Egunitá – Memória e formação do povo de santo em Curitiba*
- 3) *Asiwaju - Jovens lideranças agentes da cultura de terreiro*
- 4) *Crianças indígenas: brincadeiras, saberes e afetos na aldeia Kakané Porã*
- 4) *Dona Mide, uma mulher de fibra do fandango paranaense*

Participação: Janaina Moscal, Caio Guimarães, Pedro Almeida, Helen Bastos do Prado, Lilianny Rodriguez, Julia Basso.

14H | PROSA EM VÍDEO

CESTARIA CAIÇARA - OFÍCIO DAS ARTESÃS DE PARANAGUÁ/PR

14H | MESA

MULHERES E A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Nesta roda de conversa reunimos mulheres caiçaras, quilombolas e indígenas, junto de suas interlocutoras, estabelecendo um diálogo que busca evidenciar o lugar das mulheres na produção, transmissão e na guarda dos conhecimentos tradicionais. Mulheres que atuam ativamente na construção e salvaguarda de seus patrimônios culturais imateriais.

PARTICIPANTES: Bianca Magalhães, Leontina da Silva, Antonia Moura, Mestra Lauriana, Greice Barros, Elza Fernandes, Djankaw Kilombola, Ana Maria Santos da Cruz.

16H | OFICINA ONLINE***METODOLOGIAS DE INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS***

Oficina abordando duas experiências de inventários participativos com distintas metodologias de aplicação:

Inventários temáticos: a partir da experiência dos Engenhos de farinha de Santa Catarina.

Inventários territoriais: com a experiência de inventário dentro de um território - Realizado no município de Conde/PB

MINISTRANTES: Marlene Borges (SC), Claudio Agenor de Andrade (SC), Gisele Miotto (SC), Rejane Nóbrega (PB)

**19H | INTERVENÇÃO ARTÍSTICA
*ENTRE CABOCLOS E BAIANAS***

Leonardo da Cruz

19H | MESA***PATRIMÔNIOS AFRO-DIASPÓRICO NO SUL DO BRASIL***

Por ocasião desta mesa buscamos dar visibilidade para as questões que envolvem territórios afro-diaspóricos e o patrimônio afro-brasileiro, espaços de memórias e esquecimentos, auto-afirmação e negação. Compreendendo expressões e manifestações culturais que apresentam em suas origens as formas de sociabilidade consolidadas por africanos escravizados e o diálogo com a memória ancestral africana por meio do universo simbólico, das tradições e dos elementos que caracterizam esse patrimônio, tendo como locus de debate a região sul do Brasil, na qual, a negação da presença negra é uma constante, e o apagamento destas expressões culturais algo programático.

PARTICIPANTES: Mestre Guto (Africanamente Centro de Pesquisa de Tradições Culturais Afrodescendentes/RS), Brenda Santos (Clubes Sociais Negros do Paraná), Alexandra Alencar (UFSC), Rosildo do Rosário (Chegança dos Marujos Fragata Brasileira/BA)

25/03 - SEXTA-FEIRA

09H30 | PROSA EM VÍDEO

PESCA ARTESANAL DA TAINHA NA ILHA DO MEL

09H30 | MESA

DESAFIOS DA SALVAGUARDA DA PESCA ARTESANAL DA TAINHA

Na mesa vamos conversamos a respeito das principais questões que mobilizam pescadores artesanais na salvaguarda de suas práticas; a diversidade de modos de pesca artesanal da tainha; quais as principais ameaças e desafios a enfrentar; o que pode ser feito pelos poderes públicos, pescadores, sociedade e empresariado, no âmbito do patrimônio ambiental e do patrimônio cultural relacionado a pesca artesanal sustentável.

PARTICIPANTES: Andressa Mara Gonçalves (MOPEAR/PR), Lucas Choquito (Laguna/SC), Lucas Cimbaluk (IPHAN/SC), Aguinaldo da Silva dos Santos e Marcio Agostinho (Anime Ilha do Mel/PR), Cláudia Hickenbiel (IFSC), Nivea Bucker e Claudir Pinheiro (Bombinhas/SC), Ignácio Moreno (Imbé/RS), Caetano Sordi (IPHAN/RS)

14H | GRANDE RODA DA SALVAGUARDA

Roda da Salvaguarda é uma conversa a respeito da qualidade da participação e integração entre os diferentes e principais tipos de agentes do campo do patrimônio cultural imaterial (detentores, gestores públicos, academia científica, sociedade civil interessada) para pensar esse momento crucial no qual é preciso salvaguardar o fundamento da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: a política participativa.

PARTICIPAÇÃO: detentores, comitês de salvaguarda, Iphan, poder público

16H | OFICINA

BALÉ DOS ORIXÁS

A partir do olhar para três orixás femininas Oya, Oxum e Oba vamos nos aprofundar suas danças, forças, expertises, belezas e nobrezas. Desmistificando algumas formas romantizadas das Yabás e trazer o olhar de dentro dos terreiros.

MINISTRANTE: Amanda Gonçalves

18H | EXIBIÇÃO DE DOCUMENTÁRIO**UMA LUFADA DE AR FRESCO -
A ANTROPOLOGIA DE BEATRIZ GÓIS DANTAS**

direção Maria Laura Cavalcanti

Após exibição será aberto a mesa de conversa com Maria Laura Cavalcanti

19H | PROSA EM VÍDEO**MOVIMENTO XONDARIA KUERY JERA RETE****19H | MESA - CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO****DIREITOS CULTURAIS E PATRIMÔNIO
IMATERIAL**

Na mesa de encerramento vamos celebrar o encontro e a possibilidade de estreitamento da interlocução e mobilização em torno de uma agenda, um compromisso de aumentar a escuta, a conversa, o interesse e esforços para realização de ações concretas na direção da consolidação, desenvolvimento e aprimoramento do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI ao longo do Século XXI.

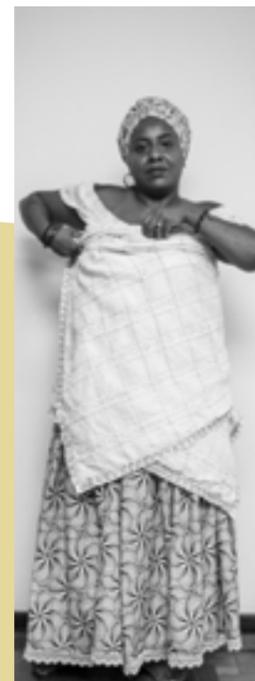
PARTICIPANTES: Prof. Carlos Marés, Leticia Vianna

PARTICIPANTES**Agnaldo da Silva dos Santos**

Pescador nativo da praia de Encantadas da Ilha do Mel/PR. Presidente da Associação dos Nativos da Ilha do Mel e Comunidades Tradicionais da Bacia de Paranaguá (Anime).

**Alexandra Eliza Vieira Alencar**

Professora do Departamento de Antropologia da UFSC. Pesquisadora do NUER, NIGS e IEG da UFSC. Rainha do Maracatu Arrasta Ilha. Integrante do Movimento Baque Mulher Floripa. Idealizadora e coordenadora da Aláfia Casa de Cultura. Mãe do Nagô e do Irê.

**Amanda Gonçalves Tundji Yaba**

Iniciada no Candomblé há 17 anos, conheceu o samba de roda, samba de caboclo dentro do terreiro. Integrou o grupo do Samba da Murixaba, capitaneado pelo Babalorixá Israel Machado. A partir de 2018 passou também a ministrar oficinas de Samba de Roda. Atualmente é coordenadora do projeto Tabuleiro, ação de cozinha social iniciado no período da pandemia, voltado à formação de mães negras e periféricas, realizado no Ilê Asè Alaketú Oyá Segun.



Ana Maria Santos da Cruz

Mulher negra, professora aposentada, agricultora, ativista dos direitos das Comunidades quilombolas do Brasil. Liderança da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha e Coordenadora Executiva da CONAQ, região Sul.



Andressa Mara Gonçalves

Coordenadora do MOPEAR (Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná). Caiçara, pescadora artesanal, Moradora da Ilha das Peças, Guaraqueçaba. Membro do PEART (Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento). Membro do PICT's (Comissão de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais). Organizadora da Viagem de Canoa (roteiro turístico de base comunitária).



Antonia Regina

Artista visual, fotógrafa e documentarista, pesquisou e produziu documentários, séries de TV, cds, exposições, projetos de memória e salvaguarda do povo caiçara do litoral fluminense, paulista e paranaense. Entre os trabalhos está o documentário "Teu canto de praia", a série de documentários "Caminho da Escola" do SESCTV, a pesquisa Paraty Ciranda: a música como resistência no Museu do Forte em Paraty. A documentação do Intercâmbio Cultural Brasil/Portugal - As Marcas de Valadares. A comunicação para Ô de Casa! Mobilização, Articulação e Salvaguarda do Fandango Caiçara. É co-curadora do Festival de Curtas Metragens de Direitos Humanos - Entretodos.



Bianca Sevciuc

Uma das idealizadoras do projeto “Eu Mais Velha” de mapeamento, salvaguarda e fomento à transmissão dos saberes ancestrais de tradição oral das mestras, matriarcas e mulheres detentoras de conhecimentos sobre processos de cura da medicina popular e tradicional - especialmente as benzedei-ras, raizeiras, parteiras e curandeiras - para o qual tem se dedicado atualmente realizando ações que contribuam com o fortalecimento e perpetuação das práticas e expressões do patrimônio imaterial brasileiro.



Brenda Santos

Produtora cultural, criativa e pesquisadora. É representante dos Clubes Sociais Negros do Paraná (desde 2012). Foi membro do Fórum Paranaense de Religiões de Matrizes Africanas (2012-2015) e dos Conselhos Estadual de Promoção da Igualdade Racial (2015-2016); do Estado da Cultura, representando a cadeira de Manifestações Tradicionais Populares e Étnicas da Cultura (2015-2017); do Patrimônio Cultural do Município de Curitiba (2019-2021).



Caetano Sordi

Cientista social, mestre e doutor em Antropologia Social pela UFRGS. Desde 2019, atua como Técnico da área de Patrimônio Cultural Imaterial da Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul.



Caio Guimarães

Músico, arte educador, produtor cultural e pesquisador da cultura popular do Brasil e da África. É também Babalorixá, responsável pelo Ilê Axé Iansã Egunitá, comunidade tradicional de matriz africana considerada como uma das comunidades tradicionais mais antiga do estado, fundada pelos seu avô e mestre Pai Antônio de Iansã. Atualmente é coordenador e arte educador do projeto cultural Orquestra Onirê, em que desenvolve oficinas, workshops e capacitações profissionais para crianças, jovens, adultos e professores com foco na preservação e difusão dos saberes ancestrais.



Carlos Marés

Professor Titular de Direito Socioambiental da PUCPR. Professor colaborador convidado nas Universidades Federal de Goiás e Autônoma de San Luis Potosi (México). Líder do Grupo de Pesquisa “Meio Ambiente: sociedades tradicionais e sociedade hegemônica”. Foi Secretário de Cultura do Município de Curitiba; Procurador Geral do Estado do Paraná, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Procurador Geral do Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Presidente da Fundação Cultural de Curitiba, Presidente do Banco do Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, Presidente do Instituto Socioambiental – ISA, Membro da Junta Directiva do Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos - ILSA.



Claudia Marcia Ferreira

Museóloga formada pela Universidade do Rio de Janeiro em 1978. Foi diretora do Museu de Folclore Edison Carneiro. Exerceu a direção do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular- CNFCP. Desenvolve programas e projetos voltados especialmente para o campo da museologia, do artesanato e da arte popular, tendo publicado artigos e textos em catálogos e outras edições institucionais da FUNARTE e do IPHAN. Integrou o Grupo de Trabalho do Ministério da Cultura que elaborou a proposta de criação do Registro e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituídos pelo Decreto 3551, de 2000. Recebeu a medalha Mario de Andrade, concedida pelo Iphan em 2017, em reconhecimento à notória contribuição à valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro. Hoje atua como museóloga na equipe do Museu de Folclore Edison Carneiro.



Claudia Hickenbick

Licenciada em História, com Especialização em Historiografia pela Universidade do Vale do Itajaí, mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná, e atualmente é doutoranda em Geografia Humana na Universidade do Minho, em Portugal, desenvolvendo tese sobre patrimônio cultural imaterial e turismo. É professora do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). No ensino, destacam-se as aulas de História, Memória Local e Patrimônio Cultural. Integra o grupo de pesquisa Patrimônio, Gastronomia e Cultura do IFSC; orienta projetos relacionados à história, memória, cultura, patrimônio cultural, e turismo de base comunitária.



Claudio Agenor de Andrade

Artista plástico, animador cultural e líder comunitário. Atua como coordenador do espaço cultural Casarão e Engenho dos Andrade em Florianópolis/ Santa Catarina.



Claudir Carlos Pinheiro

Nativo e morador de Bombinhas, Santa Catarina, pescador artesanal, dono de canoas de um pau só e redes de tainha puxadas na praia. A pesca já está em sua família há muitas gerações, desde meados dos anos 1800, onde conservam canoas de um pau só centenárias, uma com mais de 200 anos. Todos os anos durante os meses de maio e junho reúne-se com os camaradas (equipe de pescadores) na Praia da Sepultura onde pescam tainhas, ofício que aprendeu com meu pai desde criança.



Djankaw Kilombola

Artista interdisciplinar, ativista interseccional, travesti negra, quilombola. Estudante do último ano em Serviço Social- Cesumar e atualmente no segundo ano de licenciatura em Pedagogia do Campo- Unicentro. Pesquisa direitos das Comunidades quilombolas e intervenções artísticas

Eliane Gabriel de Castro (em guarani Para Miri Poty)

Liderança da Tekoa Kuaray Haxa, localizada em Antonina PR. Participação ativa como militante, coordenadora e fundadora do coletivo de mulheres indígenas “Xondaria Kuery Jera Rete”, pautado pelo protagonismo feminino indígena, pela ampliação do diálogo entre atores indígenas e sociedade em geral buscando avanços quanto aos direitos indígenas sobretudo aqueles vinculados a discussões de gênero, saúde e cultura, buscando soluções participativas, propositivas e sustentáveis para estes. Presidente e sócia fundadora da Associação Indígena Mbya Kuaray Haxa, que fomenta ações de formação, capacitação, difusão e desenvolvimento sustentável para comunidades Mbya.



Elza Fernandes

Xejary'i (xamã - rezadeira) mantenedora dos saberes ancestrais e cultura Mbya Guarani junto às comunidades indígenas do Paraná, em especial na Aldeia de Kuaray Haxa, Antonina/PR, onde reside. Participa do Movimento “Xondaria Kuery Jera Rete”, liderado por sua filha Eliane Castro, no fortalecimento das questões femininas na cultura Guarani. Sua atuação contribui diretamente para a manutenção, preservação e disseminação de saberes da cultura mbya guarani, em especial junto às crianças e jovens, mas também parentes próximos dispersos pelo território brasileiro que costumeiramente interagem buscando aconselhamentos, orações e orientações sobre os saberes ancestrais da cultura mbya guarani.



Fandanguará

Fandanguará é um grupo de cultura popular que atua desde 2004, formado por jovens fandangueiros que trabalham na preservação, difusão e repasse do fandango caiçara.





Flavio Rocha

Doutorando em História, Mestre em Imagem e Som, Especialista em Comunicação e Semiótica, Bacharel em História e estuda cinema Super8 há quase duas décadas. Participa ativamente da renovação do “movimento” superoitista contemporâneo. É fotógrafo, documentarista e videomaker, tendo atuado em diversos projetos culturais.



Giselle Miotto

Educadora do campo, atuando pela OSC Cepagro e Associação Slow Food Brasil no fortalecimento da agroecologia e Cultura Alimentar em Santa Catarina.



Greice Barros

Articuladora de ideias e criações em diversas linguagens artísticas, atuando principalmente em ações de continuidade em perspectivas de rede. Formada em Artes Cênicas pela FAP/UNESPAR e especialista em Políticas Culturais de Base Comunitária pela Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Argentina) e Programa IberCultura Viva. Sócia fundadora da Núcleo Produções Cultura e Desenvolvimento (2006). Idealiza e desenvolve ações e projetos culturais nas mais diversas linguagens artísticas. Apoiadora do Movimento Xondaria Kuery Jera Rete – movimento das mulheres indígenas do Paraná. Pesquisa a cultura dos festivais como projetos de base comunitária, acredita na produção cultural como criação e na gestão de práticas horizontalizadas de trabalho.



Helen Bastos do Prado

Atriz, Diretora de Produção e Vídeo. Das suas produções e direções temos os documentários: MÃES DE SANTO, SEUS RITOS, FESTAS E CELEBRAÇÕES AOS ORIXÁS onde retrata a vida e o dia a dia de três mães de santo no exercício de sua fé. DONA MIDE, MULHER DE FIBRA DO FANDANGO PARANAENSE, a história da mulher que luta pelo fandango em Curitiba; WALTEL BRANCO , O MAESTRO, um dos grandes nomes da música paranaense, e o documentário GLAUCO SOUZA LOBO, RELEMBRAR SEMPRE e a produção da Mostra Afro Cultural Curitiba.

Janaina dos Santos Moscal

É antropóloga e tem atuado junto a Povos e Comunidades Tradicionais, mais recentemente com Povos e Terreiros, mas também com Caiçaras no litoral do Paraná, especialmente em relação à políticas públicas de Patrimônio Imaterial. Tem desenvolvido projetos em parceria com coletivos e organizações não-governamentais. Atualmente integra a Equipe de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's) da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social de Minas Gerais, em que trabalha como Assessoria Técnica Independente no desastre sociotecnológico de Brumadinho (MG).



Julia Basso Driessen

Mestre em Antropologia Social pela UFSC, produtora cultural, sócia-fundadora da Fuá Produções Culturais (2010), atua na elaboração e execução de projetos para artistas e grupos culturais; desenvolvimento de projetos de pesquisa, documentação e arte-educação com o objetivo de incentivar e valorizar a cultura popular brasileira. Desde 2013, em parceria com IPHAN, desenvolve diversas produções para a instituição, executando convênios e produções de projetos vinculados ao Patrimônio Imaterial Brasileiro, assim como realiza pesquisas individuais e independentes (Relicários de Brasis).



Lauriza Lúcia

Formada em Ciências Sociais pelo Instituto Federal do Paraná campus Paranaguá e mestranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Participa dos grupos de estudos NEABI e NAPER, pesquisa e atua com políticas de ações afirmativas.



Leontina da Silva

Neta de parteira e filha de raizeiro, é uma antiga curandeira das comunidades tradicionais caiçaras do litoral norte paranaense. Por muitos anos foi benzedeira na região, ofício que não realiza mais. Atualmente reside na Ilha de Superagui-PR onde segue atuando na saúde comunitária ensinando sobre os remédios caseiros, as plantas medicinais e as curas tradicionais.



Leonardo Cruz

Artista da dança, professor e pesquisador. Filho da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha, iniciou sua trajetória na dança, com o Grupo Kundun Balê (música e dança afro-brasileiras). Brincante das culturas negras em diáspora no Brasil: Maracatu, Coco, Cacurias, Sambas, Cirandas, Caboclinho, Bois e diversas manifestações da cultura negra. Integrou a cia. Dança Masculina Jair Moraes. Criador do solo Entre Caboclos e Baianas. Atua como preparador corporal, bailarino intérprete e coreógrafo com foco nas danças negras.



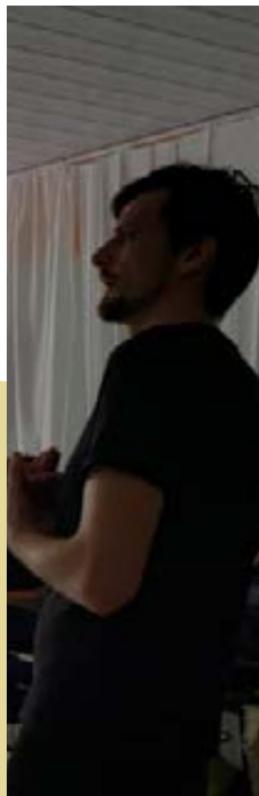
Letícia CR Vianna

Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional, trabalhou no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, coordenando projetos de pesquisa etnográfica, inventários culturais, instrução de Registos e salvaguarda do patrimônio imaterial. Trabalhou como consultora da Unesco no Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN construindo e implementando método de monitoramento da política federal de salvaguarda do patrimônio imaterial. Em 2017 foi agraciada com a Medalha Mario de Andrade, concedida pelo CNFCP/IPHAN, por relevantes serviços prestados no âmbito da política federal para o patrimônio cultural. Atuou como Consultora Unesco na pesquisa sobre Pesca Artesanal da Tainha com os botos em Laguna, em 2019/2020. Atualmente é consultora Unesco em pesquisa para as novas exposições do Museu Nacional da UFRJ. De 2014 aos dias presentes é pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI/UnB/ CNPq).



Lucas Chede

Conhecido pelos pescadores como CHOQUITO, pesca desde os meus 6 anos de idade, mora em Laguna (SC), e com 11 anos de idade começou a pescar com auxílio dos botos, na pesca da tainha.



Lucas Cimbaluk

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Possui mestrado em Antropologia Social pelo do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná e doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Realiza pesquisa com indígenas kaingang. Atua principalmente com etnologia indígena, com temas de xamanismo, religiosidade e política ameríndia. Atualmente é antropólogo do IPHAN SC.



Marcio Agostinho

Pescador nativo da Ilha do Mel/PR, vice presidente da Associação dos Nativos da Ilha do Mel e Comunidades Tradicionais da Bacia de Paranaguá



Marlene Borges

Marlene Borges é ativista na defesa de direitos humanos, culturais e ambientais, com atuação na comunidade tradicional de agricultores e pescadores dos Areais da Ribanceira, através da ACORDI – Associação Comunitária Rural de Imbituba, em SC.



Maria Laura Cavalcanti

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti é antropóloga. Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Pesquisadora do CNPq. Especializada em antropologia simbólica e teoria antropológica.

Mestra Lauriana

Conhecedora de todas as danças e tradições, família de tocadores, acompanhava avós e tios que saíam pelas roças e eu acompanhava. Aprendeu muito com seu tio Orlando que foi um grande mestre do fandango em Ubatuba. Toca desde os 10 anos acompanhando os mais velhos. Fazia parte do antigo grupo Xiba e Fandango do Prumirim Mestre Orlando. Em 2005 passou a acompanhar o Grupo de Fandango Caiçara de Ubatuba tocando viola e violão. Hoje possui o grupo de fandango Sementes do Prumirim Mestra Lauriana, formado por crianças e jovens que são seus netos, bisnetos e vizinhos. Acompanha a Folia do Divino fazendo o tipe e tocando a caixa da folia.



Mestre Guto

Mestre de Capoeira Angola, mestrando em educação/UFRGS, Conselheiro Estadual de Cultura, integrante do Colegiado de Culturas Populares do RS, do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira Gaúcha, da Rede de Pontos de Cultura do RS, do Grupo de Estudos Afro - NEABi/UFRGS, do Grupo de Estudos Sócio-culturais em Educação Física e integrante do coletivo Africanamente Centro de Pesquisa de Tradições Culturais Afrodescendentes.



Nivea Maria da Silva Bucker

É servidora pública municipal da Secretaria de Turismo de Bombinhas, onde já foi também secretária entre 2007-2008. Desde 2013 atua como Gestora da Fundação Municipal de Cultura de Bombinhas. Desenvolve e coordena diversos projetos e ações em prol do fomento e salvaguarda da cultura local, com o objetivo de fortalecer a identidade cultural da comunidade. Participa ativamente do Colegiado de Dirigentes Municipais de Cultura da Região da Foz do Rio Itajaí. É empreendedora e fundou a empresa TeAviva Conexões Culturais, que trabalha com o desenvolvimento de produtos e serviços relacionados a identidade cultural bombinense.



Patrícia Martins

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Desenvolveu diferentes projetos na área do patrimônio cultural, enquanto consultora PRODOC/Unesco, em coordenação de pesquisas em processos de INRC/Iphan (Inventário Nacional de Referências Culturais), e na instrução do registro do fandango caiçara como patrimônio cultural brasileiro. É docente do Instituto Federal do Paraná. Com sua tese de doutorado intitulada *Pelas cordas da viola, nas curvas da rabeça: Uma etnografia dos movimentos de fazer musical caiçara*, recebeu a menção honrosa pelo Prêmio Sílvio Romero/CNFCP, 2018.



Pedro Almeida

Babalorisa, iniciado no Candomblé há mais de 25 anos, filiado ao Ile Alaketu Ijoba Ase Aira (SP), integra também a comunidade do Ile Baru (PR). Artista, professor, gestor e produtor, é bacharel e licenciado em Dança pela Universidade Estadual do Paraná, criador da (proto)teoria DesignDança, e mestrando em Artes pelo PPGArtes-UNESPAR e em Estudos Latino Americanos pelo PPGIELA-UNILA. Propõe a ampliação do senso de patrimônio em uma perspectiva dos corpos como matriz prática de permanência das tradições culturais de um grupo, comunidade, povo, lugar.



Rejane Nóbrega

Gestora de Cultura da prefeitura de Conde, litoral Sul da Paraíba (2017/2020); Assessora Especial da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do MinC (2015/2016); Consultora da UNESCO para o SNC (2012/2014); Assessora de cultura da Comissão de Educação Cultura da Câmara dos Deputados (2010/2011); Diretora de Cultura de Campo Largo, PR (2006/2009); Assessora da Secretaria de Cultura de SP (1989/1992). No Conde, município do litoral sul da Paraíba, coordenou todas as festas do calendário anual e o Inventário Cultural.



Roseli de Fátima Rocha

Moradora do Rio das Pedras em Paranaguá/PR, após se mudar para a área rural, em contato mais próximo com a natureza, trabalha com sementes, fios, fibras, cipós, palhas, purungo, expõe suas peças no mercado do artesanato, por meio das quais busca levar um pouco da beleza de Paranaguá para o Brasil e para o mundo.

**Rosildo do Rosário**

Mestre do Grupo Cultural Chegança dos Marujos Fragata Brasileira, professor, pedagogo, mestre em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas- UFRB. Atua como Professor nas redes municipais de ensino das cidades de Santo Amaro e Saubara no Recôncavo da Bahia. Atuou como mediador cultural na implementação do Plano de Salvaguarda do Samba de Roda, sendo o primeiro Coordenador Geral da Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia. Foi Membro do Colegiado Nacional de Culturas Populares. Coordenou o Processo de Patrimonialização dos Grupos de Cheganças, Marujadas e Lutas entre Mouros e Cristãos da Bahia. Atualmente é membro do Conselho Estadual de Cultura do Estado da Bahia.

FICHA TÉCNICA

PATRÍCIA MARTINS - Idealização, pesquisa e curadoria

LETÍCIA CR VIANNA- Pesquisa e curadoria

LAURIZA LÚCIA - Assistente de pesquisa

JULIA BASSO – Idealização e coordenação de produção

GREICE BARROS - Produção executiva

BRENDA SANTOS – Identidade visual e design gráfico

FLÁVIO ROCHA - Edição de vídeos

PAULO ROSA - Gerenciamento de tecnologias

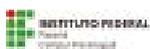
PLATEA COMUNICAÇÃO E ARTE - Produção de conteúdo e gerenciamento de mídias sociais



PRODUÇÃO



APOIO



INCENTIVO



PROJETO REALIZADO COM RECURSOS DO PROGRAMA DE APOIO E INCENTIVO À CULTURA – FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA.